

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA URBANA EM UMA UNIDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO: PERIFERIA E RACISMO¹

GONZAGA, Luciano Luz²

LANNES, Denise³

Resumo: Dados oficiais afirmam que jovens moradores de periferia são desproporcionalmente afetados pela violência e que jovens negros têm 2,5 mais chances de serem mortos quando comparados a jovens brancos. Assim, este artigo focaliza uma pesquisa que teve por objetivo identificar as representações sociais acerca da violência urbana entre estudantes não brancos que vivem em áreas dominadas por forças paramilitares. Optou-se pela abordagem estrutural das representações sociais, a Teoria do Núcleo Central proposta por Jean Claude Abric. Os resultados apontaram que o estupro é o principal delito, com forte associação ao homicídio seguido de morte (latrocínio), agressão física, assédio e feminicídio de mulheres negras.

Palavras-chave: Representações Sociais; Violência urbana; Periferia; Adolescentes; Feminicídio; Estupro.

Abstract: Official data say that young residents of periphery are disproportionately affected by violence and that young black youth have 2.5 more chances of being killed when compared to a young white youth. Thus, this paper focuses on a research that aimed to identify social representations about urban violence between non-white students living in areas dominated by paramilitary forces. The structural approach of the representations proposed by Jean Claude Abric. The results indicated that rape is the main offense, with strong association to murder followed by death (robbery), physical assault and the harassment and femicide of black women.

Keywords: Social Representations; Urban violence; Periphery; Teenagers; Femicide; Rapey.

¹ O texto é uma pesquisa empírica realizada no âmbito da periferia da capital do estado do Rio de Janeiro.

² Secretaria Municipal de educação de Belford Roxo, RJ. Doutor em Educação, Gestão e Difusão em Biociências. Graduado em Ciências Biológicas e Pedagogia. E-mail: gonzaga@bioqmed.ufrj.br.

³ Professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências. E-mail: lannes@bioqmed.ufrj.br.

Introdução

Dados oficiais afirmam que “um jovem negro tem 2,5 mais chances de ser morto do que um jovem branco” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015, p.21) e que “principalmente os que moram em favelas e periferias [são] desproporcionalmente afetados pela violência por parte de policiais” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, p. 82).

Ademais, de acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre os 30 mil jovens assassinados no Brasil, quase 80% são negros/as e pobres (WAISELFISZ, 2014). “A vergonhosa quantidade de mortes dos afrodescendentes é o sintoma mais agudo de uma patologia social que sangra a dignidade brasileira” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015, p. 18).

O acelerado processo de êxodo migratório em busca de trabalho resulta no deslocamento obrigatório de pessoas, em sua maioria negra, para as periferias e que, com o descaso ou ausência do poder público, são subjugadas por forças paramilitares que controlam a venda de gás, aluguéis, água e sinais de televisão. Entretanto, se opor a esta dinâmica é estar sujeito a diversos tipos de violência urbana (MARTINS, 2015; RENA, 2016; BATISTA; MASTRODI, 2018).

Outrossim, não é raro o recrutamento de jovens pelo tráfico de drogas. Jovens que, sem a menor perspectiva de um projeto de mudança de vida e com o agravamento do ‘estômago vazio’, tendem a ceder ao aliciamento dos traficantes. Afinal, para muitos, portar uma arma dá a sensação provisória de poder e mando (RAMOS, 2011; OLIVEIRA et al, 2019).

A realidade da periferia no Estado do Rio de Janeiro não é muito diferente das favelas que compõem a capital fluminense. Elementos como: alto índice de pessoas com baixa renda ou desempregadas, crescimento da informalidade, falta de política habitacional e sistema de transportes coletivos precário são apenas alguns exemplos das semelhanças (FERREIRA, 2009; REZENDE; FERREIRA, 2018; TOLEDO, 2018).

Diante deste contexto, o que pensam os estudantes não brancos acerca da violência urbana? Que crenças são compartilhadas? Que conhecimento é socialmente elaborado e compartilhado por estes adolescentes, moradores da periferia da capital do Rio de Janeiro?

Neste sentido, apropriamo-nos da Teoria das Representações Sociais de Moscovici como principal aporte teórico na tentativa de entender o universo consensual de uma brutal realidade, a qual se encontra ancorada possivelmente no cotidiano desses estudantes.

Teoria das Representações Sociais

Com base no pressuposto que as relações humanas se estabelecem através da comunicação no cotidiano, o psicólogo social Serge Moscovici elaborou a Teoria das Representações Sociais, no início dos anos 1960.

Esta Teoria diferencia-se das representações coletivas (termo cunhado por Durkheim), pois nas representações coletivas, as “pessoas receberiam de forma determinística e passiva os saberes gerados pela sociedade, principalmente por seus antepassados históricos” (BARRETO, 2017, p.35).

Deste modo, ao usar o termo ‘sociais’ no lugar de ‘coletivas’, Moscovici entende que tanto o indivíduo como a sociedade são atores ativos. Ambos significam e reconstroem os sistemas de valores e sentidos do grupo. “O social não é estático e impermeável. São inseparáveis: sujeito, objeto e sociedade” (PATRIOTA, 2007 p.2).

Moscovici (1978), portanto, acredita na autonomia individual e na forma ativa das pessoas ao elaborarem as representações da sociedade a que pertencem e, dessa forma, passa a estudar o conjunto de conceitos, proposições e explicações que são construídos nos relacionamentos sociais, servindo de orientação para a compreensão do mundo e para a orientação das ações.

A Teoria das Representações Sociais nos proporciona a possibilidade de entender um fato social, a partir de uma perspectiva coletiva, embora respeitando a individualidade das trocas simbólicas nas relações interpessoais (ALMEIDA, 2009; CARVALHO, BORGES; RÊGO, 2010; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

Em síntese, as Representações Sociais “nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2001, p. 17).

No propósito de interpretar os aspectos do cotidiano e tornar um objeto não familiar em familiar, Moscovici explica que é preciso acontecer dois processos cognitivos para a construção de uma Representação Social: a ancoragem e a objetivação.

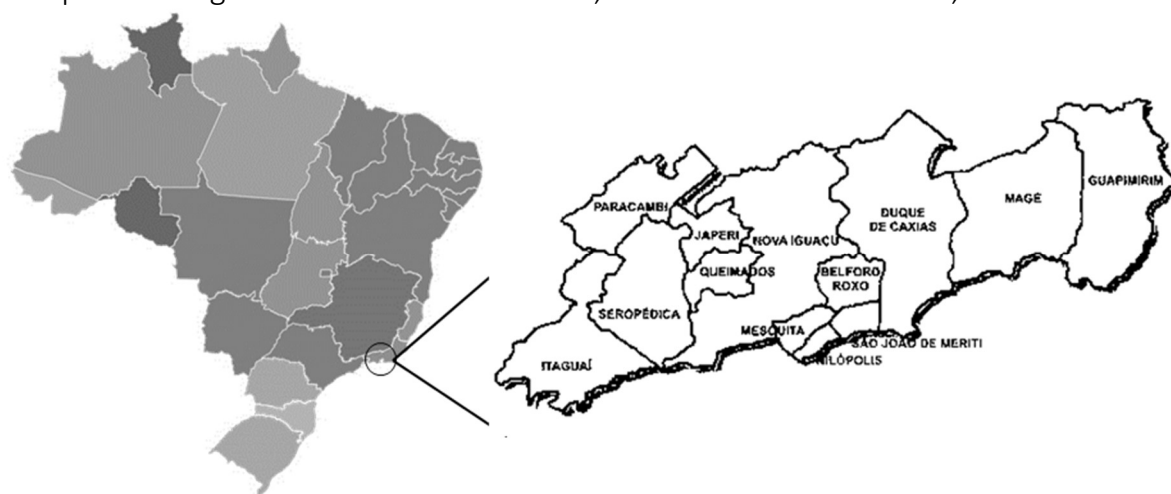
Ancoragem e objetivação [...]. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora, extrai conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2005, p.78).

Assim, entender as Representações Sociais acerca do termo indutor ‘violência urbana’ entre estudantes não brancos e moradores da periferia, significa possivelmente interpretar e compreender “os elementos cognitivos, afetivos, simbólicos e de valores que são geradas pelos sujeitos sociais em situações de interação com a realidade na qual vivem” (SILVA; CONSTANTINO; PREMAOR, 2011, p. 234).

Metodologia

Para a realização desta pesquisa optamos por uma amostra intencional não probabilística em uma unidade escolar do Município de Belford Roxo, região da Baixada Fluminense, que dista 37 km da Capital do Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1: Localização do Município de Belford Roxo entre os outros municípios que compõem a Região da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: Agência de Notícias da Favela, 2018.

A escolha por esta escola deve-se ao fato de estar localizada em uma região controlada por forças paramilitares, dentro de um município que se destaca na 66ª posição dentre as 100 cidades mais violentas do Brasil (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

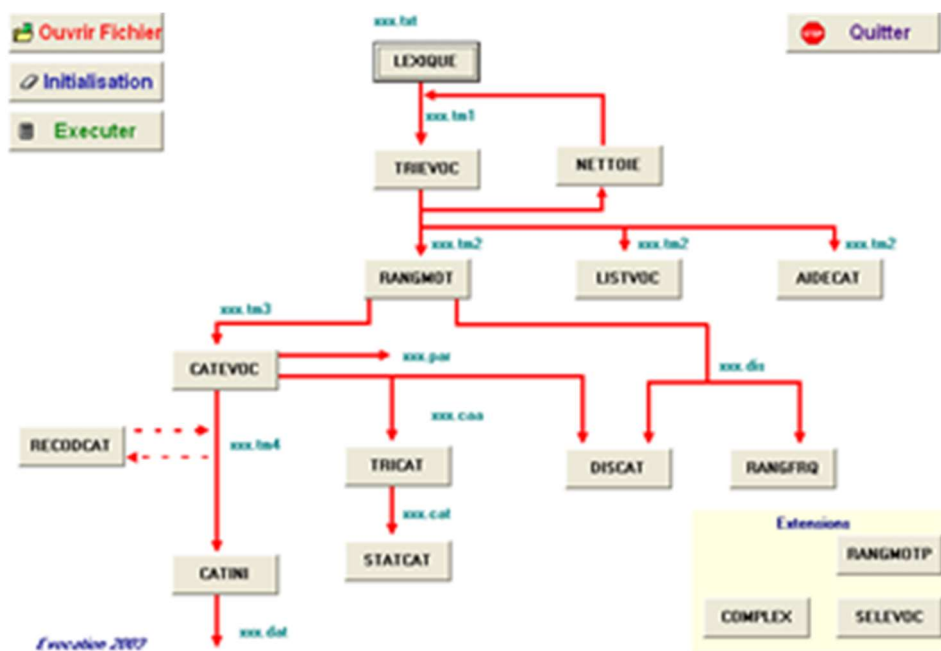
Dos 105 estudantes matriculados nos 8º e 9º anos do ensino fundamental da educação básica, esta pesquisa contou com a participação de 91 (87%) adolescentes (48 do sexo feminino e 43 do sexo masculino), com uma média de idade de 14,1 anos (Desv.pad= 0,72). Destes, 32 (35,2%) autodeclararam-se brancos; 37 (40,6%) pardos e 22 (24,2%) negros. Entretanto, para esta investigação, selecionamos os 59 (64,8%) estudantes que se autodeclararam não brancos.

O Termo de Assentimento foi assinado pelos responsáveis legais dos estudantes e pela diretora da escola. Aos estudantes foi aplicado o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP).

O TALP é uma técnica projetiva que permite ao sujeito falar e escrever vocábulos que lhe venham à mente, após ser estimulado por uma palavra ou por uma expressão indutora (MERTEN, 1992). Dessa forma, solicitamos aos 59 estudantes que listassem as seis primeiras palavras que lhes viessem à mente, relacionadas à expressão indutora ‘violência urbana’, em um tempo de cinco minutos.

As respostas evocadas foram analisadas e tratadas pelo software Evocation 2003® (Figura 2) que, a partir da combinação entre a frequência e prevalência das palavras evocadas, proporciona a análise prototípica da representação.

Figura 2: Tela inicial do Software Evocation 2003



Fonte: VERGÈS, SCANO e Junique, 2002 - Analyses de Evocation - com a disposição dos 16 programas que o compõem.

De acordo com Alves-Mazzotti este software possibilita identificar

[...] os possíveis elementos do núcleo central por meio da frequência (F) com que a palavra foi enunciada pelos sujeitos e da ordem média de evocação (OME), calculada atribuindo-se pesos diferenciados segundo a hierarquia estabelecida pelos sujeitos e dividindo-se o somatório dos valores obtidos pela frequência total de evocação. A combinação desses dois critérios permite que se distribuam os resultados em dois eixos ortogonais formando quatro quadrantes (ALVES-MAZZOTTI, 2007, p.299-300).

Para esta pesquisa utilizamos cinco, dos dezesseis programas que compõem o software:

O primeiro é o LEXIQUE, cuja função é isolar as unidades lexicais do arquivo utilizado; o segundo, TRIEVOC, realiza uma triagem das evocações, organizando-as por ordem alfabética. O terceiro, o NETTOIE, faz a limpeza do arquivo, eliminando possíveis erros de digitação, unidades lexicais e ortografia. O quarto, RANGMOT, disponibiliza a lista de todas as palavras evocadas em ordem alfabética, indicando quantas vezes elas foram evocadas e a ordem de sua evocação, bem como a média ponderada da ordem de evocação de cada palavra e a média geral das ordens de evocação. E, por fim, o RANGFRQ que

organiza em um quadro de quatro casas os elementos que compõem o Núcleo Central e a periferia de uma representação.

Além disso, o programa AIDECAT, disponível no Evocation 2003®, oferece a coocorrência entre as palavras, permitindo a visualização da organização da Representação Social a partir da força de conexão dos elementos evocados.

Marchand e Ratinaud (2012) acrescentam que:

as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise” (apud CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 516).

Esta análise admite que dois itens serão mais próximos na representação, quanto mais elevado for o número de indivíduos que aceitem os dois ao mesmo tempo (SÁ, 2002). Essa relação pode ser expressa pelo percentual de coocorrência e representada em um gráfico de ligações entre os termos (FLAMENT, 1981).

Para calcular a força de conexão entre os elementos foi dividido o número de cada uma das coocorrências já identificadas pelo AIDECAT pelo número de participantes, conforme preconizado por Pécora e Sá (2009).

Uma vez obtida essas informações, utilizamos o software Cmaptools® (IHMC, Florida- Figura 2) para construção do gráfico de coocorrência das evocações.

Figura 3: Tela inicial do aplicativo Cmap Tools.



Resultados

Definimos como eixo epistemológico para compreensão do objeto de estudo desta pesquisa no campo das RS, a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais, isto é, a Teoria do Núcleo Central – TNC, proposta por Jean-Claude Abrie (2001).

A Teoria do Núcleo Central apresenta como finalidade fulcral analisar o conteúdo e a organização interna dos conteúdos das representações, a partir da ordem de prevalência e da frequência com que as palavras foram prontamente evocadas.

As palavras que irão compor o Núcleo Central da representação serão as palavras mais evocadas e com alta prevalência (citadas nas primeiras ordens). Essas palavras constituiriam os “principais cognemas compartilhados por uma população, que dão sentido a um objeto do cotidiano” (WOLTER; WACHELKE; NAIFF, 2016, p.1141).

Assim, o Quadro 1 possibilita compreendermos a organização interna das Representações Sociais acerca do termo indutor ‘violência urbana’, entre os 59 estudantes autodeclarados não brancos, de uma escola pública da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Portanto, o Quadro 1 revela a “pertença social do indivíduo”, possíveis “modelos de conduta e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social que a eles estão ligados” (JODELET, 2001, p.22).

Os cognemas centrais da representação (Núcleo Central - quadrante superior à esquerda, em negrito) sugerem o modo como os adolescentes interpretam e pensam acerca do objeto representacional – violência urbana – com a qual interage e “sentem necessidade de criar um conhecimento que justifiquem seu comportamento, embasem sua identidade grupal e tenham valor comunicacional e de saber” (NAIFF et al, 2015, p.25).

Quadro 1: Quadro de quatro casas com os elementos constituintes dos Núcleos Central e Periféricos da Representação Social de ‘violência urbana’, entre os 59 estudantes, de uma escola municipal de Belford Roxo, RJ. Brasil. Ano 2019.

		Grande Força de Evocação			Pequena Força de Evocação		
		f		OME < 3,60	f		OME ≥ 3,60
Alta Frequência	f ≥ 10	Estupro	30	2,68	Homicídio	28	3,79
		Feminicídio	28	1,95	Assédio	14	3,43
		Agressão física	22	3,58	Racismo	13	3,62
		Assalto	18	2,56			
		Preconceito	10	3,20			
Baixa Frequência	f < 10	Abuso	8	2,38	Homofobia	7	4,29
		Agressão verbal	8	3,00	Depressão	7	4,28
		Tristeza	7	3,00	Ódio	6	4,50
		<i>Bullying</i>	7	3,57			

No quadro: f é a frequência simples de evocação; A mediana da Frequência de Evocações é igual a 10. A média da Ordem Média de Evocações (OME) é igual a 3,60. As evocações com frequência menor que 6 (seis) foram desprezadas. No

quadro, 'Força' está associada à prevalência na evocação, onde a palavra citada na primeira posição tem força maior (igual a um) do que a citada na segunda posição (força igual a dois) e assim sucessivamente. Portanto, quanto menor o valor da OME maior a força de evocação.

Dessa forma, a priori, o Núcleo Central (NC) parece demonstrar que o 'estupro', o 'feminicídio' e a 'agressão física' surgem como a ponta visível de um iceberg acerca da violência urbana.

Em relação ao cognema 'estupro', este dado parece não surpreender, pois conforme o Ministério da Saúde, desde 2009 até 2016 o número de estupros realizado por cônjuges ou por namorados apresentou um expressivo crescimento de quase sete vezes mais. Tal constatação talvez se deva pela mudança no artigo 213 do Código Penal Brasileiro que passa a tipificar atos libidinosos e outras formas de constrangimento ilegal como crime de estupro (BRASIL, 2009; 2017).

Este mesmo relatório do Ministério da Saúde apontou que a agressão física às mulheres apresentou enorme crescimento em todo o país, passando de 4.339 casos em 2009 para 33.961 casos em 2016 (Idem, 2017).

Portanto, estes dados tão alarmantes, geralmente veiculados pela mídia, estão influenciando a percepção dos adolescentes desta pesquisa ou é algo que está efetivamente acontecendo no cotidiano dos mesmos?

Blindando o Núcleo Central há o que chamamos de Zona Periférica que, de acordo com Sá (1996), funciona como um sistema de proteção aos cognemas centrais, além de permitir a acomodação das representações às evoluções dos contextos.

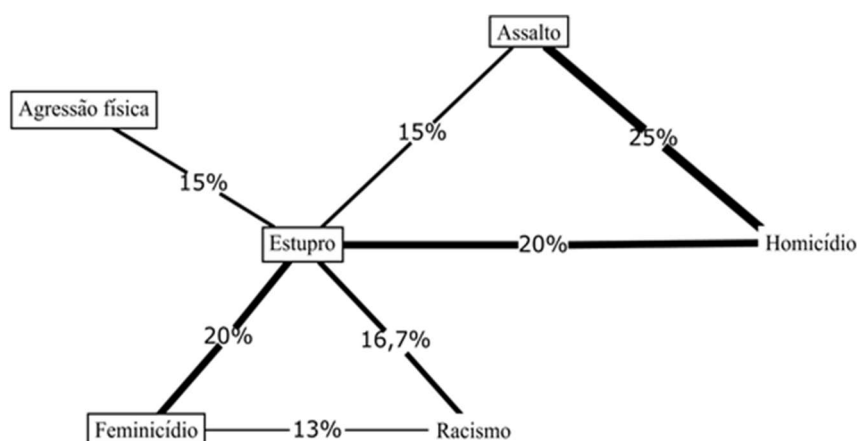
Dentro desta conjuntura, podemos verificar que os tipos de violência que amparam o NC apresentam similar tamanho de perversidade como: assassinato ao público LGBTQI+⁴, discriminação pela cor da pele e uma combinação de sentimentos aversivos, tais como: tristeza, intimidação e ódio.

Contudo, ao nos apropriarmos da análise de coocorrência para entendermos a possível centralidade da representação (Figura 4), verificamos que o latrocínio (assalto

⁴ L – Lésbicas; G – Gays; B – Bissexuais; T – Transgênero; Q – *Queer*; I – Intersexuais e + – *plus (outras diversidades)*

seguido de morte) está fortemente associado ao crime de ‘estupro’ que, por sua vez, encontra-se fortemente associado ao assassinato de mulheres negras.

Figura 4: Análise de concorrência da Representação Social acerca da violência urbana por adolescentes pardos e negros, de uma escola pública municipal de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2019.



Na Figura: as palavras colocadas em caixas pretas são as que pertencem ao Núcleo Central da Representação Social acerca da violência urbana.

Desta maneira, é possível que a centralidade revelada na análise de coocorrência seja o resultado da pressão à inferência enquanto elementos essenciais na construção das representações sociais dos sujeitos pesquisados. Isto porque no ano de 2017 o município de Belford Roxo, com uma população de 495.783 habitantes, registrara uma taxa de 56,8% de homicídios. Enquanto o município do Rio de Janeiro, com 6.520.266 habitantes, apresentara uma taxa de 35,6% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Outro dado relevante que surge no pensamento coletivo dos adolescentes da nossa pesquisa refere-se ao assassinato de mulheres (feminicídio).

Para Portela e Ratton (2015, p. 106) devemos entender o feminicídio como “a etapa final de um continuum de terror que inclui **estupro**, tortura, mutilação, escravidão sexual, incesto e abuso sexual fora da família, violência física e emocional, assédio sexual, heterossexualidade forçada [...]” (grifo nosso).

Em relação ao estupro, o Dossiê Mulher de 2016 afirma que a cada 2 horas uma mulher é vítima desse tipo de violência no Estado do Rio de Janeiro. Somente na Baixada Fluminense foram notificados aproximadamente 3.109 casos em 2015, o que revela 8,5 estupros por dia (INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017).

Para Almeida, Ferreira e Silva (2019, p.3), esse número assombroso “pode ser entendido como a legitimação do estupro por meio da culpabilização da vítima”, pois segundo Rodrigues (2016, p.44) parece existir um consenso social em acreditar que a mulher é a responsável em “provocar seu agressor com vestimentas de forte apelo sexual, adotar atitudes maliciosas ou ter conduta sexual de risco”.

Sousa acrescenta que esta culpabilização talvez se deva ao descumprimento de regras de conduta que

são inseridas na socialização da mulher desde o momento do nascimento, ensinando-a que tipo e tamanho de roupas vestir, que tipo de maquiagem usar, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair de casa, e, assim, sucessivamente, depositando na mulher a responsabilidade sobre os atos dos terceiros contra a sua integridade sexual (SOUSA, 2017, p.13).

No que tange, particularmente, ao estupro de mulheres negras, Young (apud SILVA; BICHARA, 2014, p.136) defende que ainda persiste no imaginário social masculino, proveniente de uma herança escravagista, o estereótipo da mulher negra vista como instrumento de prazer e que atualmente é “reforçado pela mídia - através, por exemplo, da venda da imagem da mulata, da negra, durante os carnavais, como símbolo sexual”.

A Representação Social acerca da violência urbana por adolescentes não brancos, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino, revelou uma crença suportada no estupro em consonância com o latrocínio e com o assassinato de mulheres negras.

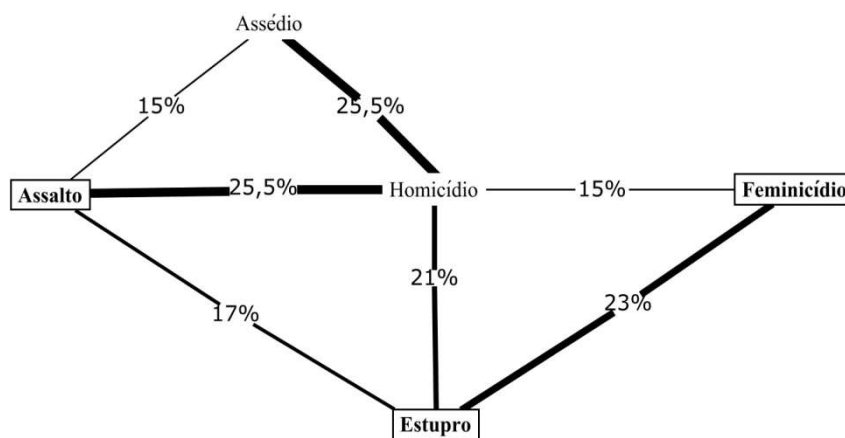
Entretanto, nos interessa saber, separadamente por sexo biológico, se há outros indicativos na representação que distinguem no modo de entender este fato social. De tal modo que, para este intento, utilizamos apenas as análises de coocorrência, em nível de comparação (Figura 5 e Figura 6).

A começar pelo sexo feminino (Figura 5), observamos o cognema ‘assédio’ na representação, indicando a possibilidade de que os homicídios talvez aconteçam por pessoas que conheçam a vítima ou a vítima os (as) conheçam, isto é, algo que acontece em uma relação repetitiva e intimidativa.

Para a professora Maria Ester de Freitas, da Fundação Getúlio Vargas, o assédio sexual é muitas vezes confundido, na cultura brasileira, como uma cantada de mau gosto, sendo, portanto, uma das “faces do poder perverso nas organizações” (FREITAS, 2001, p.8). No entanto, nesta pesquisa, identificamos o assédio sexual como uma das etapas que o algoz desempenha para efetuar o estupro.

O fato de o algoz ser um conhecido das vítimas poderia explicar, por exemplo, a dificuldade que as mesmas encontram para notificarem o crime nas delegacias, bem como o medo de uma possível retaliação do agressor.

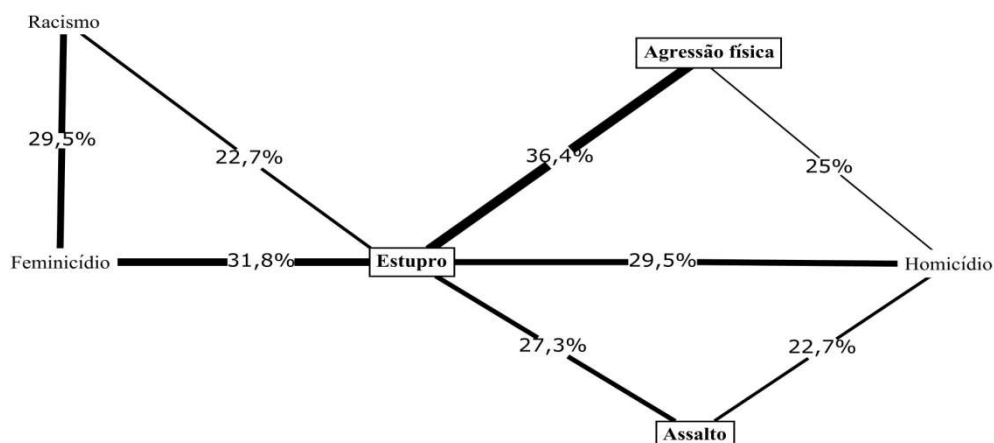
Figura 5: Análise de coocorrência da Representação Social acerca da violência urbana por adolescentes do sexo feminino, pardas e negras, de uma escola pública municipal de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2019.



Na Figura: as palavras colocadas em caixas pretas são as que pertencem ao Núcleo Central da Representação Social acerca do termo indutor violência urbana (dados não mostrados).

Em relação aos adolescentes do sexo masculino, a análise de coocorrência revela a centralidade do estupro mais contundentemente relacionado ao homicídio de mulheres negras, com forte associação à agressão física (Figura 6).

Figura 6: Análise de coocorrência da Representação Social acerca da violência urbana por adolescentes do sexo masculino, pardos e negros, de uma escola pública municipal de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2019.



Na Figura: as palavras colocadas em caixas pretas são as que pertencem ao Núcleo Central da Representação Social acerca do termo indutor violência urbana (dados não mostrados).

Nesta representação desponta uma crença a qual o estupro é o principal elemento que parece demonstrar força e poder sobre a vítima.

Nesse contexto, o papel da escola torna-se fundamental para desconstruir a ideia de que talvez seja natural ter uma relação sexual e/ou amorosa que envolva abuso, domínio e comportamentos agressivos.

Considerações finais

O fenômeno da violência urbana constitui um grande desafio tanto para a segurança pública do Estado do Rio de Janeiro que não consegue ter êxito na maioria de suas incursões, quanto pelas forças paramilitares que impõem terror e pânico a quem se opõe às suas regras.

O presente estudo demonstrou que o estupro é o principal componente das Representações Sociais acerca da violência urbana pelos adolescentes que moram no município de Belford Roxo, região da Baixada Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro,

estando fortemente associado às outras modalidades de violência, particularmente aos crimes de latrocínio e, especificamente, ao feminicídio.

Diante desta constatação surge uma premente pergunta: Qual seria o papel da escola perante esta situação que tanto expõe os nossos discentes a momentos demasiados de violência?

Concordamos com a fala da pesquisadora Renata Floriano de Sousa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, quando afirma que as vítimas são “dispostas, no máximo, em estatísticas, que, de tempos em tempos, chocam a opinião popular por seus números altamente elevados” e acrescenta que “números são a impessoalização do sujeito [...] só expressam os avanços e retrocessos do poder público em punir e coibir esse tipo de crime” (SOUSA, 2017, p. 10).

Após essa fala nos debruçamos a pensar de que maneira a escola poderia contribuir no enfrentamento preventivo à violência do estupro e evitar que mais pessoas se tornem apenas números na estatística.

Ciente de que não será um caminho fácil, pois uma possível solução para este enfrentamento dar-se-ia no suporte à família, na dignidade do trabalho, na valorização dos princípios éticos, morais, sociais e no reconhecimento da parcela de responsabilidade de cada um dos segmentos.

Contudo, pensamos que um caminho possível para a escola, neste trabalho de prevenção, é conhecer o universo de informações que os (as) alunos (as) têm sobre o tema a partir de suas representações, percepções ou qualquer pesquisa de cunho exploratório e, a partir deste marco inicial, promover:

- i) grupos de discussão, com rodas de conversa, envolvendo toda a comunidade escolar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sobre o Código Penal Brasileiro e outros dispositivos legais;
- ii) parcerias com as Secretarias de Assistência Social e de Saúde;
- iii) orientação sobre a articulação da Rede de Atenção e de Proteção Social às Pessoas em Situação de Violências com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), e se necessário auxiliando no preenchimento da Ficha de Notificação/ Investigação de Violência interpessoal, que pode ser realizado no Estabelecimento de Ensino (BRASIL, 2019, p.4);

iv) projetos que desenvolvam e ampliem o relacionamento inter e intragrupos, envolvendo tanto a comunidade escolar como a do entorno.

Em suma, desconstruir a cultura do machismo e atitudes misóginas que tanto contribuem para a perpetuação do estupro.

Referências Bibliográficas

ABRIC, J. C. **O estudo experimental das representações sociais**. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp.155-171). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS – ANF. **Baixada Fluminense, a periferia do estado**. Disponível em <<http://www.anf.org.br/>> . Acesso: 19/09/2019.

ALMEIDA, A. O. **Abordagem societal das representações sociais**. *Sociedade e Estado*, v.24, n. 3, p.713-737, 2009.

ALMEIDA, J. S. de; FERREIRA, B. de B. M; SILVA, T. da. **A percepção das mulheres da baixada fluminense sobre a cultura do estupro**. *Psicologia & Conexões*, v,2, n.1, 2019.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas**. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 579-594, Dez. 2007.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Anistia Internacional – Informe 2016/ 2017 – O estado dos direitos humanos no mundo*. Tradução: Verve Traduções. Londres: Anistia Internacional, 2017.

Disponível em:

<<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>> Acesso em: 11/09/2019.

BARRETO, J. J. **Representações Sociais sobre o processo de ensino/aprendizagem de Inglês em ambiente escolar**. Tese de doutorado, 208f. Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. RJ, Brasil. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br>. Acesso em: 15/10/2019.

BATISTA, W. M; MASTRODI, J. **O dever de cidades includentes em favor das mulheres negras**. *Revista de Direito da Cidade*, v.10, n.2, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.015 de 7 de agosto de 2009**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 21/06/2019.

_____. Ministério da Saúde. **Sistema de informação de agravos de notificação - Violência Interpessoal/Autoprovocada**, 2017.

Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br>. Acesso: 19/10/2019.

_____. **Secretaria de Vigilância em saúde, Departamento Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis**, 2019.

Disponível em:

http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/Violencia/CADERNO_ANALISE_SINAN_Marco_2019_V1.pdf. Acesso: 19/10/2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão Parlamentar de Inquérito: homicídios de jovens negros e pobres**, 2015.

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>> Acesso: 22/10/2019.

CAMARGO, B.V; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ**: um software gratuito para análise de dados textuais. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013.

CARVALHO, V. D. de; BORGES, L. de O; RÊGO, D. P. do. **Psicologia ciência e profissão**, v.30, n.1, 146-161, 2010.

FERREIRA, A. **Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 14, n. 828, jun, 2009.

FLAMENT, C. **L'Analyse de Similitude**: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. Cahiers de Psychologie Cognitive, Marseille, n. 4, p.357-396, 1981.

FREITAS, M.E de. **Assédio moral e assédio sexual**: faces do poder perverso nas organizações. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 2, Abr./Jun. 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Juventude e violência**. 2015.

Disponível em:

<http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015> Acesso em: 08/10/2019.

_____. **Atlas da Violência**: retratos dos municípios brasileiros, 52p, 2019.

Disponível em:

<<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/atlas-da-violencia-2019-munic%C3%ADpios.pdf>> Acesso: 12/09/2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê Mulher** (ano base 2016). 2017

Disponível em:

<http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher> Acesso: 10/10/2019.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MARTINS, L. C. **Urbanização, industrialização e favelas**: o Rio de Janeiro na imprensa carioca no segundo governo Vargas. Projeto História, São Paulo, n. 53, mai.-Ago, 2015.

MERTEN, T. **The Word Association**. Test in Psychology and Psychiatry: History, Method and Results. *Psychological Analysis*, 4 (X), p. 531-541. 1992.

MOSCOVICI, S. A. **Representação Social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NAIFF, L. A. M. et al . **O que pensam os professores sobre seus alunos**: aspectos psicossociais da Educação de Jovens e Adultos. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de fora , v. 8, n. 1, p. 19-32, jun. 2015.

NASCIMENTO, I. P; RODRIGUES, S. E. C. **Representações Sociais sobre a permanência na docência**: o que dizem docentes do ensino fundamental? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n.1, p. 1-16, 2018.

OLIVEIRA, A. L. S. de et al . Análise espacial dos homicídios intencionais em João Pessoa, Paraíba, 2011-2016. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 28, n. 1, e2018184, 2019.

PATRIOTA, L. **Teoria das Representações Sociais**: contribuições para a apreensão da realidade. *Serviço Social em Revista*, v.10, n.1, 2007.

PECORA, A. R; SÁ, C. P. de. **Análise de similitude**: conexidade entre as palavras que compõem o núcleo central do sistema periférico da representação social. In: *Jornadas Internacionais Y, 6, Jornadas Nacionales de Representaciones Sociales*, 3., 2009, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires, v. 1, p. 1-1, 2009.

PORTELA, A. P; RATTON, J.L. **A teoria social feminista e os homicídios**: o desafio de pensar a violência letal contra as mulheres. *Contemporânea*, v.5, n.1, p. 93-118, jan-jun, 2015.

RAMOS, S. **Trajetórias no tráfico**: jovens e violência armada em favelas cariocas. *Trivium*, Rio de Janeiro , v. 3, n. 2, p. 41-57, dez. 2011.

RENA, A. **Da margem à multidão:** a centralidade e o ritmo dos pobres. Estud. Aceso. Bras. Contemp. , Brasília, n. 49, p. 105-125, dez, 2016.

RESENDE, E. S. A., FERREIRA, B. F. **A conquista do outro em um novo mundo:** alteridade e disputa de territórios nas favelas do Rio de Janeiro. Revista de Estudos e Pesquisas avançadas no terceiro setor, v.5, n.2, jul-dez, 2018.

RODRIGUES, O. **As manifestações públicas pelo combate das desigualdades culturais e políticas:** evidências da cultura do estupro no século XXI. Revista Espaço Acadêmico, n.183, p. 39-50, 2016.

SÁ. C. P. **Núcleo Central das Representações Sociais.** 2ª ed: Petrópolis, RJ:Voices, 1996.

SILVA, A. M. T. B. da; CONSTANTINO, G. D; PREMAOR, V. B. A contribuição da teoria das Representações Sociais para análise de um fórum de discussão virtual. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 19, n. 1, p. 233-242, jun, 2011.

SILVA, N. R. F. da; BICHARA, I. D. **Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial.** In: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em:

<http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/spm_9premio> Acesso em 11/10/2019.

SOUSA, R. F. de. **Cultura do estupro:** prática e incitação à violência sexual contra mulheres. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n.1, jan-abr, 2017.

TOLEDO, P. A favela boppiana: entre a modorra e a violência. Opiniões, n. 12, p. 63-75, 29 jul. 2018.

VERGÈS, P.; SCANO, S.; JUNIQUE, C. **Ensembles de programmes permettant L' analyses des evocations.** Aix en Provence. Université de Provence. Programa Evocation 2000. Disponível em: [http:// www. Pucsr.br/pos/ped/rsee](http://www.Pucsr.br/pos/ped/rsee). Consultado em: 01/09/2009.

WASELFISZ, J. J. **Os jovens do Brasil:** mapa da violência. Brasília: FLACSO, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>. Acesso em: 08/10/2019.

WOLTER, R. P; WACHELKE, J; NAIFF, D. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas

teóricas e utilização empírica. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 24, n. 3, p. 1139-1152, set. 2016.